Governo do Estado do Amapá

Secretaria de Estado de Administração

Concurso Público para Auditor da Receita Estadual

Auditor da Receita Estadual – 2º Dia

Caderno de questões objetivas – Tipo 1

Instruções:

- Você receberá do fiscal o seguinte material:
  a) uma folha destinada às respostas das questões formuladas na prova;
  b) um caderno com as oitenta questões objetivas, sem repetição ou falha.
- **Verifique se seu nome e número de inscrição são os que aparecem na folha de respostas; caso contrário, notifique imediatamente o fiscal**.
- Ao receber a folha de respostas é obrigação do candidato:
  a) ler atenciosamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
  b) conferir seu nome e número de inscrição;
  c) assinar a folha de respostas, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente azul ou preta;
- As questões são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- Durante a aplicação da prova o ISAE/FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos.
- Não será permitida a troca da folha de respostas.
- O tempo disponível para esta prova será de **quatro horas**.
- Reserve os vinte minutos finais para marcar a folha de respostas.
- Somente após decorridas duas horas do início da prova, o candidato poderá entregar seu Caderno de Questões, sua Folha de Respostas e retirar-se da sala de prova.
- O candidato só poderá levar consigo este caderno quando faltarem trinta minutos para o término da prova.
- Quando terminar, entregue a folha de respostas ao fiscal.
- O rascunho no caderno de questões **não** será levado em consideração para fins de avaliação.

ISAE
Instituto Superior de Administração e Economia
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

DIREITO COMERCIAL

1

Pedro Henrique tem uma sorveteria na qual vende sorvetes artesanais da sua marca *Gelados*. O imóvel no qual está localizada a empresa, os *freezers* e as máquinas necessárias para a elaboração dos sorvetes são alugados.

Os móveis e o estoque de matéria prima, no entanto, são de propriedade de Pedro Henrique. Ressalta-se que a marca é bastante conhecida na cidade e o seu estabelecimento já tem uma clientela fiel.

Considerando os fatos expostos, assinale a alternativa correta.

(A) Fazem parte do estabelecimento empresarial apenas os móveis e o estoque de matéria prima, pois somente estes bens são de propriedade de Pedro Henrique.

(B) Fazem parte do estabelecimento empresarial todos os bens que estão organizados para o desenvolvimento da empresa, isto é, tanto o imóvel, quando os *freezers*, as máquinas, os móveis, o estoque e a marca *Gelados.*

(C) Pedro Henrique não pode ser considerado empresário pois não desenvolve a atividade empresarial por meio de uma sociedade empresária.

(D) Se Pedro Henrique desejar alienar o estabelecimento, o trespasse somente poderá abranger os bens de propriedade de Pedro Henrique, não podendo versar sobre os contratos relacionados com os outros bens.

(E) Se Pedro Henrique desejar alienar o estabelecimento, o preço do negócio deverá corresponder exatamente ao preço de mercado dos bens de sua propriedade, considerados isoladamente.

2

A respeito de *sociedades empresárias* é correto afirmar que:

(A) adquirem personalidade jurídica com a inscrição do ato constitutivo no Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais.

(B) passam a existir mediante a inscrição do ato constitutivo no Registro Público de Empresas Mercantis.

(C) adquirem personalidade jurídica apenas após a sua devida inscrição no Cadastro Nacional de pessoas Jurídicas – CNPJ.

(D) adquirem personalidade jurídica a partir da mera assinatura do contrato social.

(E) adquirem personalidade jurídica com a inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

3

A respeito da administração das sociedades limitadas e das sociedades por ações, é correto afirmar que:

(A) nas sociedades por ações é obrigatória a existência de Conselho de Administração.

(B) nas sociedades limitadas os administradores devem ser necessariamente sócios.

(C) nas sociedades limitadas os administradores não sócios deverão ser eleitos pela unanimidade dos sócios, se o capital social não estiver integralizado; e por dois terços, no mínimo, se ele estiver integralizado

(D) nas sociedades por ações sempre os membros da Diretoria são eleitos pela Assembléia Geral de Acionistas, mesmo se existir Conselho de Administração.

(E) nas sociedades limitadas a administração deve ser exercida pelo sócio majoritário.

4

Mário Souza alienou as suas quotas da Sociedade Bom Garfo Restaurantes Ltda. para Pedro Silva. O contrato social, no entanto, não foi alterado para reproduzir a modificação do quadro societário, nem houve registro do instrumento de cessão de quotas no órgão competente.

Considerando os fatos expostos, é correto afirmar que:

(A) a alienação das quotas não tem validade entre Mário Souza e Pedro Silva.

(B) a alienação das quotas tem eficácia tanto entre as partes – Mário Souza e Pedro Silva - quanto perante a sociedade Bom Garfo Restaurantes Ltda..

(C) Mário Souza deve se preocupar com a modificação do contrato social que contenha a retirada do seu nome como sócio, pois ele é responsável solidariamente com Pedro Silva, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações de sócio, até dois anos após a averbação da modificação contratual referente à sua retirada.

(D) a condição de sócio é questão de fato e independe de qualquer formalidade para efeitos jurídicos.

(E) se não houver alteração do contrato social para formalizar a alteração do quadro societário, o negócio de alienação das quotas é inexistente, não produz qualquer efeito e tem o prazo de 12 meses para a sua anulação.

5

A respeito do *contrato de franquia* é correto afirmar que:

(A) configura-se relação trabalhista entre franqueado e franqueador.

(B) a validade do contrato de franquia depende do seu registro no órgão competente.

(C) o contrato de franquia pode ser apenas verbal.

(D) o franqueador cede ao franqueado o direito de uso de marca ou patente, associado ao direito de distribuição, exclusiva ou semi-exclusiva de produtos ou serviços.

(E) as empresas franqueadora e franqueadas constituem-se como grupo de sociedades nos termos da disciplina societária.

6

A respeito da execução judicial de duplicata assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A duplicata aceita, protestada ou não, configura-se como título executivo extrajudicial.

(B) A duplicata não aceita, configura-se como título executivo extrajudicial quando estiver protestada, acompanhada de documento hábil comprobatório de entrega e recebimento da mercadoria, e o sacado não tenha, comprovadamente, recusado o aceite pelos motivos previstos na lei.

(C) A triplicata não é considerada título executivo extrajudicial.

(D) A duplicata não aceita ou não devolvida pode ser protestada mediante indicação do credor ou do apresentante do título desde que tenha sido protestada, esteja acompanhada de documento hábil comprobatório de entrega e recebimento da mercadoria e o sacado não tenha, comprovadamente, recusado o aceite pelos motivos previstos na lei.

(E) Prescreve em 3 anos a pretensão de executar a duplicata contra o sacado e respectivos avalistas.

7

Com relação às regras relativas ao cheque, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) Caracteriza dano moral a apresentação de cheque pré-datado.

(B) A simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral.

(C) Prescreve em 6 meses, contados da expiração do prazo de apresentação, a ação de execução do cheque.

(D) Após o prazo de 6 meses decai o direito do portador de receber a quantia aposta no cheque.

(E) Prescreve em 2 anos a ação de enriquecimento contra o emitente que se locupletou, injustamente, com o não pagamento do cheque.

8

Com o objetivo de proteger os interesses dos consumidores, o Código de Defesa do Consumidor previu regra que determina a desconsideração da personalidade jurídica e regras de responsabilidade de empresas do mesmo grupo econômico.

Assinale a alternativa que **não** corresponde ao disposto no CDC.

(A) Nas relações de consumo, o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

(B) Nas relações de consumo, a desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

(C) Nas relações de consumo, as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações perante o consumidor.

(D) Nas relações de consumo, as sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações perante o consumidor.

(E) Nas relações de consumo, a desconsideração da personalidade jurídica somente ocorrerá quando ficar comprovado abuso ou fraude à lei.

9

Assinale a alternativa que **não** se configura como hipótese para decretação de falência prevista na Lei 11.101/05.

(A) Existência de patrimônio líquido negativo do empresário ou sociedade empresária.

(B) Sem relevante razão de direito, o empresário ou sociedade empresária não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 salários mínimos.

(C) Executado por qualquer quantia líquida, o empresário ou sociedade empresária não paga, não deposita ou não nomeia bens suficientes dentro do prazo legal.

(D) O empresário ou sociedade empresária procede à líquidação precipitada de seus ativos ou lança mão de meio ruinoso ou fraudulento para realizar pagamentos, e estes atos não fazem parte de planejamento de recuperação judicial.

(E) O empresário ou sociedade empresária transfere estabelecimento a terceiros, credores ou não, sem o consentimento de todos os credores e sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo, e isto não faz parte do plano de recuperação judicial.

10

Assinale a afirmativa que completa corretamente o fragmento a seguir.

A sentença que decreta a falência de uma empresa, ...

(A) determinará obrigatoriamente o encerramento das atividades do falido e a lacração dos estabelecimentos empresarias.

(B) apresentará o quadro geral de credores.

(C) ordenará ao Registro Público de Empresas que no registro da empresa falida conste a expressão "Falido", a data da decretação da falência e a inabilitação do falido para o exercício de qualquer atividade empresarial.

(D) extinguirá a pessoa jurídica da empresa falida.

(E) deverá declarar a indisponibilidade dos bens dos sócios da sociedade limitada falida.

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

11

Analise as afirmativas a seguir:

I. Em se tratando de processo administrativo tributário, o princípio da ampla defesa garante ao contribuinte a apreciação de toda e qualquer matéria relativa aos aspectos constitucionais.

II. Vige no processo administrativo tributário o princípio da inquisitoriedade, posto que dotado de viés meramente investigatório das práticas adotadas pelos contribuintes.

III. Reza o princípio do formalismo moderado que os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente o exigir.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(D) se somente a afirmativa II estiver correta.

(E) se somente a afirmativa III estiver correta.

12

Em relação à revisão do lançamento regularmente notificado ao contribuinte, **não** é correto afirmar que:

(A) é possível quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória

(B) é possível nas hipóteses de erro de fato e desde que iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública promover o lançamento.

(C) pode se dar em razão de impugnação do sujeito passivo.

(D) pode ser feita a qualquer tempo, sempre que caracterizado erro de direito.

(E) é cabível quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.

13

De acordo com o Decreto nº 70.235/72, o Auto de Infração lavrado pelo agente da Administração **não** conterá, obrigatoriamente:

(A) a assinatura do autuante e a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula.

(B) a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de quinze dias.

(C) a qualificação do autuado, além do local, data e hora da lavratura.

(D) a disposição legal infringida e a penalidade aplicável.

(E) a descrição do fato.

14

De acordo com o Decreto nº 70.235/72 a impugnação ao lançamento formulada pelo sujeito passivo:

(A) poderá ser apresentada oralmente e posteriormente reduzida a termo, em obediência ao princípio da celeridade.
(B) deverá apresentar as provas documentais das quais o contribuinte dispuser no momento, restando-lhe assegurado o direito de acostar quaisquer outros documentos, em quaisquer das fases processuais, em atendimento ao princípio da ampla defesa e verdade material.
(C) deverá manifestar, caso existente, interesse quanto à realização de provas, restando-lhe assegurado, quando da fase de preparação e instrução, apontar pormenorizadamente as diligências, ou perícias que pretenda sejam efetuadas, expondo-lhe os motivos que as justifiquem.
(D) deverá mencionar a autoridade julgadora a quem é dirigida bem como a qualificação do impugnante.
(E) deverá promover impugnação, ainda que genérica, da matéria controvertida em homenagem aos princípios da eventualidade e do formalismo moderado.

15

Analise as afirmativas a seguir:

I. Nos termos expressos do artigo 138 do Código Tributário Nacional, a responsabilidade por infrações é excluída pela denúncia espontânea da infração acompanhada do pagamento do tributo devido e dos juros de mora. Por esse motivo, a autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos ou, quando necessário, em separado, quando entregará, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada do documento.
II. Inexiste, no ordenamento jurídico brasileiro, hipóteses de recuperação da espontaneidade, consubstanciada na possibilidade de reaquisição do direito de pagamento do tributo sem as penalidades cabíveis, caso transcorrido um determinado prazo entre o início do procedimento de fiscalização e um dado ato expresso, por parte do Fisco, que caracterize o prosseguimento dos trabalhos.
III. Estão sujeitos à fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.

Assinale:

(A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.
(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

16

Com relação à jurisprudência administrativa federal, analise as afirmativas a seguir:

I. É válido o lançamento formalizado por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil de jurisdição diversa da do domicílio tributário do sujeito passivo.
II. O CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, é competente para se pronunciar sobre controvérsias referentes ao Processo Administrativo de Representação Fiscal para Fins Penais.
III. No processo administrativo fiscal não se aplica a prescrição intercorrente.

Assinale:

(A) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
(B) se somente a afirmativa I for verdadeira.
(C) se somente a afirmativa III for verdadeira.
(D) se somente a afirmativa II for verdadeira.
(E) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.

17

Com relação ao Processo Administrativo Tributário, analise as afirmativas a seguir.

I. Caso o contribuinte tenha ingressado com ação judicial contestando a cobrança de determinado tributo e, posteriormente, seja autuado pelas autoridades fiscais por este mesmo tributo, deverá necessariamente optar entre dar seguimento ao processo administrativo ou à ação judicial.
II. É garantido expressamente na Constituição Federal o direito de a Fazenda Pública recorrer ao Judiciário para rediscutir matéria fática e jurídica, na hipótese de ser a decisão administrativa em última instância favorável ao contribuinte.
III. O contribuinte que se opuser à lavratura do auto de infração poderá, ao invés de impugná-lo administrativamente, ingressar com ação anulatória de débito fiscal, o que, contudo, implicará renúncia de discussão na via administrativa da matéria objeto da ação judicial.

Assinale:

(A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(B) se apenas a afirmativa I estiver correta.
(C) se apenas a afirmativa II estiver correta.
(D) se apenas a afirmativa III estiver correta.
(E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

18

Com relação ao duplo grau de cognição assegurado ao Processo Administrativo Tributário **não** é correto afirmar que:

(A) garante a revisão, mediante recurso, dos julgamentos administrativos.
(B) fundamenta-se no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, que garante o contraditório e a ampla defesa, com os recursos inerentes, tanto no processo judicial como no administrativo.
(C) assegura a revisão da decisão administrativa pelo Poder Judiciário.
(D) impede que União, Estados, Distrito Federal e Municípios estabeleçam "instância única"para julgamento das lides administrativas.
(E) é assegurado indistintamente a todos os contribuintes.

19

Assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) a autoridade fiscal não poderá exercer atos de fiscalização em relação aos tabeliães, escrivães e demais serventuários, que dispõe de foro próprio para atos fiscalizatórios.
(B) o sujeito tem o dever de colaborar com a administração na sua tarefa de fiscalização.
(C) a autoridade administrativa tem o dever de investigar.
(D) acordos, contratos e convenções firmados entre particulares não poderão ser opostos ao Fisco para eximir-se do cumprimento da obrigação tributária.
(E) os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras poderão ser obrigadas, mediante intimação escrita, a prestar a autoridade administrativa as informações de que disponham em relação a bens, negócios ou atividades de terceiros, ressalvados, contudo, os fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a preservar o segredo em razão de cargo, ofício, função, atividade ou profissão, consoante o disposto no próprio Código Tributário Nacional.

20

Assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão de ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo.

(B) é vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.

(C) não é vedada a divulgação de informações relativas a inscrições na Dívida Ativa.

(D) não é vedada a divulgação de informações relativas a parcelamento ou moratória.

(E) admite-se o intercâmbio de informação sigilosa no âmbito da Administração Pública, desde que realizado mediante processo regularmente instaurado, garantindo-se o sigilo da informação.

DIREITO TRIBUTÁRIO

21

Com relação ao financiamento da Seguridade Social, assinale a alternativa correta.

(A) Conforme os ditames constitucionais a seguridade social será financiada, dentre outras fontes, pelas contribuições sociais incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

(B) As contribuições previdenciárias somente poderão ser exigidas após decorridos 90 (noventa) dias da data da regulamentação da lei que as houver instituído ou modificado.

(C) Com a edição da Emenda Constitucional nº. 42/03, a Constituição passou a prestigiar a possibilidade de instituição da sistemática da não-cumulatividade para algumas contribuições previdenciárias, mediante definição em lei e de acordo com a intensidade de mão de obra empregada em cada setor de atividade.

(D) A seguridade social será financiada, dentre outras fontes, pelas contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, desde que mediante vínculo empregatício.

(E) De acordo com a redação do texto constitucional são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social, desde que atendidos os requisitos definidos em regulamento.

22

De acordo com as normas veiculadas pela Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830/80), assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) O juiz deferirá ao executado, em qualquer fase do processo, a substituição da penhora por depósito em dinheiro ou fiança bancária.

(B) De acordo com os termos da Lei de Execuções Fiscais os embargos serão oferecidos no prazo de 30 dias contados, do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou ainda da intimação da penhora.

(C) São admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.

(D) A cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, líquidação, inventário ou arrolamento

(E) Qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente.

23

Questiona-se atualmente, perante o Poder Judiciário, a incidência da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as receitas decorrentes de exportação.

Embora seja o tema polêmico e existam decisões judiciais díspares, **não** é correto afirmar que:

(A) a diferença entre os conceitos de lucro, receita e faturamento não tem relevância para o tema.

(B) há quem defenda, neste caso, ser aplicável à CSLL o instituto da imunidade.

(C) a Emenda Constitucional nº 33/01 introduziu um novo parágrafo (§ 2º) ao artigo 149 da Constituição Federal que, nos termos de seu inciso I, estabelece a não incidência de contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico sobre as receitas decorrentes de exportação.

(D) um ponto importante para o deslinde da questão é o reconhecimento da CSLL como contribuição social genérica.

(E) por força do parágrafo 2º do artigo 149, inciso I da Constituição Federal, a contribuição para o PIS e a COFINS não poderão incidir sobre as receitas provenientes de exportação.

24

Com relação aos tratados internacionais que versam especificamente sobre tributos que recaem sobre o capital e a renda **não** é correto afirmar que:

(A) o Código Tributário Nacional determina (artigo 98) que a lei interna deverá observar os tratados anteriormente firmados.

(B) os tratados internacionais podem submeter o contribuinte a uma obrigação tributária que não esteja prevista na lei interna brasileira, bastando para isso que o tratado internacional seja ratificado pelo Congresso Nacional.

(C) aplicam-se aos residentes dos países signatários não importando a sua nacionalidade.

(D) tem por objetivo principal o combate à bitributação da renda.

(E) o artigo 98 do Código Tributário Nacional, revoga a lei interna, ainda que, de fato, restrinja-se a limitar a sua eficácia.

25

O Código Tributário Nacional consagra uma estrutura dualista ao distinguir a Obrigação Tributária (OT) do Crédito Tributário (CT) de tal forma que, enquanto a OT surge pela ocorrência do "fato gerador", o CT dependeria do procedimento de lançamento para sua perfeita constituição.

Com base na estrutura dualista, o Código Tributário Nacional estabelece no artigo 156 diversas hipóteses de extinção do "Crédito Tributário", dispositivo que mereceu severas críticas por parte da doutrina, dentre as quais o fato de que, por vezes, a Obrigação Tributária é extinta antes mesmo da constituição do crédito, tal como ocorre no caso de:

(A) decadência.

(B) prescrição.

(C) impossibilidade do cumprimento da obrigação.

(D) compensação.

(E) dação em pagamento com bens imóveis.

DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO

26

Com relação aos princípios constitucionais de Direito Penal, examine as seguintes afirmativas:

I reza o princípio da reserva legal que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

II de acordo com o princípio da irretroatividade, a lei penal não retroagirá, salvo disposição expressa em lei.

III segundo o princípio da pessoalidade, nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, independentemente do limite do valor do patrimônio transferido.

Assinale:

(A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(B) se somente a afirmativa III estiver correta.
(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(D) se somente a afirmativa I estiver correta.
(E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

27

Em relação aos crimes contra a ordem tributária, **não** se configura causa da extinção da punibilidade:

(A) o pagamento do tributo antes do oferecimento da denúncia.
(B) a anistia.
(C) a *abolitio criminis*.
(D) a prescrição.
(E) o parcelamento do débito tributário.

28

Analise as seguintes afirmativas.

I A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que a ausência de constituição definitiva do crédito tributário impede a persecução penal dos crimes materiais contra a ordem tributária.

II Uma vez versada situação concreta em que, mediante o exercício do poder de polícia, dá-se a apreensão de mercadoria acompanhada de notas fiscais e guias falsas, possível é a propositura da ação penal, independentemente da responsabilidade administrativo-fiscal.

III Omitir informação ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias se afigura como crime contra a ordem tributária apenado com reclusão de dois a cinco anos e multa.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I for verdadeira.
(B) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
(C) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.
(D) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
(E) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.

29

Com base no artigo 168-A do Código Penal – crime de apropriação indébita previdenciária, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) O elemento objetivo do tipo é deixar de repassar, ou seja, não transferir aos cofres públicos a contribuição previdenciária descontada dos contribuintes.

(B) A pena do crime de apropriação indébita previdenciária comporta o benefício da suspensão condicional do processo.

(C) O elemento subjetivo do crime é o dolo, não sendo possível apropriação indébita previdenciária culposa.

(D) Não é cabível tentativa do crime, pois este se traduz como crime unisubsistente.

(E) É crime de ação penal pública incondicionada cuja competência para processamento é da Justiça Federal.

30

Eis o texto da Lei n.8.137/90:

Art. 1° Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

II fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;

III falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;

IV elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;

V negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

Pena - reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. A falta de atendimento da exigência da autoridade, no prazo de 10 (dez) dias, que poderá ser convertido em horas em razão da maior ou menor complexidade da matéria ou da dificuldade quanto ao atendimento da exigência, caracteriza a infração prevista no inciso V.

Art. 2° Constitui crime da mesma natureza:

I fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo;

II deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos;

III exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal;

IV deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento;

V utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Em relação aos crimes acima tipificados, é correto afirmar que:

(A) o artigo 1º da Lei nº 8.137, segundo a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é material ou de resultado.

(B) o inciso I do artigo 1º trata das obrigações tributárias ditas principais, ou seja, relacionadas à omissão de informações e prestação de declarações falsas às autoridades fazendárias.

(C) o inciso I do artigo 2º traduz-se em delito material, exigindo-se, para configuração do crime, apenas o dolo genérico.

(D) o parágrafo único do artigo 1º cuida de delito omissivo impróprio.

(E) os crimes não são prescritíveis em razão da indisponibilidade do interesse público bem como da imprescritibilidade do ressarcimento ao erário público.

CONTABILIDADE

31

Uma companhia fechada não será obrigada a elaborar e publicar a demonstração dos fluxos de caixa, desde que o seu patrimônio líquido seja:

(A) inferior a R$ 2.500.000,00, nos últimos trimestres.
(B) inferior a R$ 2.000.000,00, na data do balanço.
(C) superior a R$ 2.500.000,00, nos últimos trimestres.
(D) superior a R$ 2.000.000,00, no data do balanço.
(E) superior a R$ 2.500.000,00, na data do balanço.

32

As regras contábeis e societárias vigentes determinam que os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão:

(A) ajustados a valor custo.
(B) ajustados a valor futuro.
(C) ajustados aos parâmetros da moeda.
(D) ajustados a juros de mercado.
(E) ajustados a valor presente.

Com base nos dados seguintes, responda as questões 33 e 34:

Receita de vendas de mercadoria ..... R$ 2.500.000,00.
Custo de mercadorias vendidas ..... R$ 160.000,00.
Materiais, energia e serviços de terceiros ..... R$ 220.000,00.
Depreciação e amortização ..... R$ 120.000,00.
Receitas financeiras ..... R$ 355.000,00.
Resultado de equivalência patrimonial ..... R$ 50.000,00.
FGTS ..... R$ 25.000,00.
Aluguéis ..... R$ 15.000,00.
Dividendos pagos ..... R$ 10.000,00.
Lucros retidos ..... R$38.000,00.
Remuneração direta ..... R$45.000,00.

33

Considerando a estrutura da DVA - Demonstração do Valor Adicionado, o Valor Adicionado Bruto será de:

(A) R$ 2.000.000,00.
(B) R$ 2.475.000,00.
(C) R$ 2.513.000,00.
(D) R$ 2.120.000,00.
(E) R$ 2.393.000,00.

34

Considerando a estrutura da DVA - Demonstração do Valor Adicionado, o Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade será de:

(A) R$ 2.000.000,00.
(B) R$ 2.475.000,00.
(C) R$ 2.513.000,00.
(D) R$ 2.120.000,00.
(E) R$ 2.173.000,00.

35

O princípio contábil que influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da *entidade* tem prazo determinado, previsto ou previsível é:

(A) o princípio da prudência.
(B) o princípio da continuidade.
(C) o princípio da oportunidade.
(D) o princípio da atualização monetária.
(E) o princípio da competência.

36

Segundo a resolução nº 1.203/09, do CFC - Conselho Federal de Contabilidade, o auditor corre o risco de *"os procedimentos executados para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que pode ser relevante, individualmente ou em conjunto, com outras distorções".*

Assinale a alternativa que indique o tipo de risco citado no trecho acima.

(A) Risco inerente.
(B) Risco de auditor.
(C) Risco de detecção.
(D) Risco relevante.
(E) Risco residual.

37

Analise a tabela a seguir.

ATIVO CIRCULANTE	
Caixa	128.000,00
Contas a Receber (C. P.)	81.000,00
Estoques	28.500,00
Adiantamento a Diretores(não usual)	38.700,00
Empréstimos a sociedades coligadas(não usual)	65.250,00
Despesas antecipadas (C.P.)	12.300,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	128.000,00
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosos	12.500,00
Banco c/c	225.900,00
Impostos a recuperar (CP)	138.000,00
Adiantamento a Empregados	45.200,00

Após a análise dos dados da tabela é correto afirmar que:

(A) o ativo circulante totaliza R$ 903.350,00.
(B) o ativo circulante está superavaliado em R$ 382.250,00.
(C) o ativo circulante representa R$ 646.400,00.
(D) o ativo circulante está subavaliado em R$ 607.700,00.
(E) o ativo circulante representa R$ 658.900,00.

38

Uma empresa industrial apresentou os seguintes elementos de resultado, relativo a um período de produção e vendas:

Vendas totais ..... R$ 920.000,00
Custos Fixos totais ..... R$ 145.000,00
Custos Variáveis totais ..... R$ 345.000,00
Despesas Fixas totais ..... R$ 100.000,00
Despesas Variáveis totais ..... R$ 78.000,00

A margem de contribuição total é de:

(A) R$ 430.000,00.
(B) R$ 497.000,00.
(C) R$ 352.000,00.
(D) R$ 597.000,00.
(E) R$ 668.000,00.

39

Segundo a Lei nº 6404/76, *os direitos que têm por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens* estão classificados no:

(A) ativo circulante.
(B) ativo realizável.
(C) ativo investido.
(D) ativo intangível.
(E) ativo imobilizado.

40

Uma das mudanças introduzidas pela legislação societária no Brasil foi a DVA (Demonstração do Valor Adicionada).

Com relação à DVA é correto afirmar que:

(A) será obrigatória para as companhias abertas.
(B) será facultativa para as companhias abertas.
(C) será obrigatória para as companhias fechadas.
(D) será obrigatória para as companhias cujo Patrimônio Líquido seja superior a R$300.000,00.
(E) será obrigatória para as companhias cujo Patrimônio Líquido seja superior a R$240.000,00.

AUDITORIA

41

A NBC TA 200 enumera os princípios éticos profissionais a serem seguidos por um auditor. Assinale a alternativa que apresenta um desses princípios.

(A) Integridade.
(B) Formalidade.
(C) Competência.
(D) Confidencialidade.
(E) Comportamento profissional.

42

O auditor deve definir uma estratégia global que defina o alcance, a época e a direção do seu trabalho e oriente o desenvolvimento do plano de auditoria. Ao estabelecer essa estratégia global, o auditor deve adotar os procedimentos apresentados a seguir, **à exceção de um.** Assinale-o.

(A) Identificar as características do trabalho para definir o seu alcance.
(B) Definir os objetivos do relatório do trabalho de forma a planejar a época da auditoria e a natureza das comunicações requeridas.
(C) Considerar os fatores que no julgamento profissional do auditor são significativos para orientar os esforços da equipe do trabalho.
(D) Considerar os resultados das atividades preliminares do trabalho de auditoria, sendo indispensável o conhecimento dos outros trabalhos realizados pelo sócio do trabalho para a entidade.
(E) Determinar a natureza, a época e a extensão dos recursos necessários para realizar o trabalho.

43

De acordo com a norma relativa ao controle de qualidade da auditoria das demonstrações contábeis, o revisor do controle de qualidade do trabalho deve realizar uma avaliação objetiva dos julgamentos feitos pela equipe de trabalho e as conclusões atingidas ao elaborar o relatório.

Essa avaliação deve envolver:

(A) a discussão de todos os assuntos com o sócio encarregado do trabalho.
(B) a revisão do plano de contas e dos sistemas contábeis e financeiros, bem como do relatório proposto.
(C) a revisão da documentação preparada pela auditoria relativa a todos os exames relevantes feitos pela equipe de trabalho.
(D) a avaliação do planejamento da auditoria, o relatório preliminar e a consideração se o relatório é apropriado.
(E) a revisão da documentação selecionada pela auditoria relativa aos julgamentos significativos feitos pela equipe de trabalho e das conclusões obtidas.

44

Segundo a Resolução CFC 986/03, *a obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade* é finalidade do teste:

(A) de observância.
(B) substantivo.
(C) de investigação.
(D) analítico.
(E) de verificação.

45

A norma brasileira de contabilidade relativa à auditoria interna (NBC T 12) estabelece que a atividade da Auditoria Interna deve estar estruturada em procedimentos técnicos, objetivos, sistemáticos e disciplinados, com a finalidade de:

(A) avaliar a fidelidade funcional de todos quantos tenham sob sua responsabilidade a guarda e gerenciamento de bens, créditos e valores da empresa, seguindo as orientações dos órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização de operações financeiras.
(B) agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios.
(C) verificar as conformidade das operações da empresa em relação aos manuais de procedimentos externos das agências públicas reguladoras das atividades empresariais.
(D) avaliar a gestão administrativa sob os aspectos da qualidade das ações da empresa em relação ao mercado para confirmar a efetividade das praticas adotadas.
(E) resguardar a administração quanto às práticas lesivas adotadas pelas empresas concorrentes e denunciar os abusos verificados nos processos da gestão.

46

Com relação à conformidade com leis e regulamentos, de acordo com a norma de auditoria (*NBC TA 250*) aprovada pela Resolução CFC n.º 1208/09, é correto afirmar que:

(A) o auditor tem a obrigação de assegurar que as operações da entidade sejam conduzidas em conformidade com as disposições de leis e regulamentos.
(B) o auditor tem a responsabilidade pela prevenção e pela conformidade das operações com todas as leis e regulamentos para auxiliar a administração na detecção de fraudes.
(C) a administração é responsável pela segurança e que as demonstrações contábeis, consideradas como um todo, são passiveis de distorção relevante, se causada por erro.
(D) a administração é responsável por assegurar que as operações da entidade sejam conduzidas em conformidade com as disposições de leis e regulamentos, inclusive os que determinam os valores e divulgações reportadas nas demonstrações contábeis da entidade.
(E) a auditoria deve assegurar que não há risco de algumas distorções relevantes nas demonstrações contábeis não serem detectadas, apesar de executada em conformidade com as normas legais.

47

Na aplicação dos testes de observância de auditoria, a verificação dos registros, documentos e ativos tangíveis compreende:

(A) a investigação.
(B) a inspeção.
(C) a observação.
(D) a confirmação.
(E) a confrontação.

48

A respeito do plano de auditoria assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) é mais detalhado que a estratégia global de auditoria visto que inclui a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria a serem realizados pelos membros da equipe de trabalho.

(B) trata dos diversos temas identificados na estratégia global, levando-se em conta a necessidade de atingir os objetivos da auditoria por meio do uso eficiente dos recursos do auditor.

(C) deve incluir a descrição da natureza, a época e a extensão dos procedimentos planejados de avaliação de risco.

(D) deve ser atualizado e alterado sempre que necessário no curso da auditoria.

(E) deve ser desenvolvido para que o planejamento da auditoria seja elaborado.

49

O auditor, ao obter informações de pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações dentro e fora da empresa, está:

(A) executando uma inspeção para verificação dos registros e documentos e ativos tangíveis.

(B) efetuando o procedimento denominado observação que visa ao acompanhamento de processo ou procedimento durante a sua execução.

(C) aplicando teste de observância denominado investigação e confirmação.

(D) obtendo evidência quanto à suficiência, exatidão e validade das informações produzidas pelos sistemas de informação da entidade.

(E) realizando teste de observância do tipo revisão analítica com vistas à conferência da exatidão de cálculos e registros contábeis.

50

De acordo com a NBC T 16.8 – Controle Interno, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.135/08, os procedimentos de controle são medidas e ações estabelecidas para prevenir ou detectar os riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, à fidedignidade e à precisão da informação contábil.

As medidas que antecedem o processamento de um ato ou um fato, para prevenir a ocorrência de omissões, inadequações e intempestividade da informação contábil, constituem procedimentos de:

(A) detecção.

(B) precisão.

(C) observação.

(D) avaliação.

(E) prevenção.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO ESTADO DO AMAPA

51

Assinale a única afirmativa em que se descreve uma hipótese de incidência de ICMS devido ao Estado do Amapá:

(A) Empresa de construção civil promove saídas de materiais, inclusive sobras e resíduos decorrentes da obra executada ou de demolição, destinados a terceiros.

(B) Empresa concessionária do serviço público fornece água potável encanada para os proprietários de imóveis localizados na zona urbana de Macapá/AP.

(C) Distribuidora de petróleo localizada no Estado do Amapá vende combustível para consumidor localizado em São Paulo.

(D) Transportadora "X" Ltda., com sede em Manaus/AM, transporta móveis e utensílios de sua propriedade, de seu escritório localizado em Macapá/AP para outra dependência da empresa localizada em Belém/PA.

(E) Sociedade empresária "Y" fornece, para embarcações ou aeronaves de bandeira estrangeira aportadas no Brasil, produtos industrializados de origem nacional destinados a consumo da tripulação ou passageiros e ao uso ou consumo da própria embarcação ou aeronave.

52

A fiscalização tributária amapaense verificou, no Registro de Entradas de certo contribuinte, a escrituração de documentos fiscais relativos a serviços de comunicação por ele utilizados, com o lançamento do respectivo ICMS na coluna "Imposto Creditado".

De forma legal e correta, a autoridade fazendária deu por válida tal apropriação, porquanto:

(A) tais serviços eram indispensáveis à atividade exercida pelo contribuinte.

(B) o contribuinte desenvolvia atividade exclusivamente industrial.

(C) o contribuinte desenvolvia atividade comercial, mas a apropriação ocorrera depois de 1º de janeiro de 2009.

(D) tais serviços foram utilizados na execução de serviços da mesma natureza.

(E) não existe restrição legal alguma acerca do aproveitamento de crédito de ICMS relativo ao recebimento de serviços de comunicação.

53

Assinale a alternativa que complete corretamente o trecho a seguir.

"Um estabelecimento filial de Casas "M" Ltda., localizado em Macapá/AP, apurou saldo credor do ICMS ao final de um período pode haver compensação entre referido saldo credor e saldo devedor verificado em ....."

(A) outro estabelecimento da mesma empresa, localizado no Estado do Amapá.

(B) outro estabelecimento da mesma empresa, localizado no Estado do Amapá, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor de sobredito saldo.

(C) estabelecimento de outro contribuinte, localizado no Estado do Amapá, desde que as atividades de ambos sejam integradas.

(D) outro estabelecimento da mesma empresa, apenas se a atividade de ambos os estabelecimentos é agroindustrial.

(E) outro estabelecimento da mesma empresa, localizado no Amapá ou em outro Estado.

54

A respeito das modalidades de sujeição passiva do ICMS descritas a seguir, correlacione os itens a seguir:

(1) contribuinte do ICMS

(2) responsável pelo ICMS

(3) contribuinte substituto

(4) responsável solidário pelo ICMS

( ) os armazéns gerais, pela saída de mercadorias que receberem em depósito;

( ) pessoa física ou jurídica que adquira, em licitação, mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados;

( ) o leiloeiro, em relação ao imposto devido sobre a saída de mercadoria decorrente de arrematação em leilão, excetuado o referente à mercadoria importada e apreendida;

( ) o produtor, extrator, gerador, inclusive de energia, com relação ao imposto devido na operação ou operações subsequentes.

Assinale a alternativa que indique a ordem numérica, de cima para baixo, da correlação acima.

(A) 4, 1, 2, 3.
(B) 2, 1, 4, 3.
(C) 4, 2, 3, 1.
(D) 2, 3, 4, 1.
(E) 1, 4, 3, 2.

55

É sujeito passivo responsável pelo IPVA:

(A) o alienante do veículo, solidariamente, pelo imposto relativo a exercício posterior à venda do mesmo, no caso de não comunicar a transferência da propriedade do veículo ao órgão de trânsito.
(B) o adquirente do veículo, solidariamente, pelo imposto anteriormente devido e não pago, ou quando não comunicar a transferência.
(C) qualquer pessoa, subsidiariamente, que concorrer com atos ou omissões para o não pagamento do imposto.
(D) o adquirente do veículo por via de arrematação em hasta pública, subsidiariamente, pelo imposto anteriormente devido e não pago.
(E) o alienante do veículo, solidariamente, que, mesmo depois da venda, manteve-se na posse do mesmo.

56

Analise as afirmativas a seguir:

I. O ITCD tem como fato gerador a transmissão causa mortis e a doação, a qualquer título, da propriedade ou domínio útil de bens móveis ou imóveis, inclusive dos direitos a eles relativos.
II. O ITCD será pago, tratando-se de extinção de usufruto por morte do usufrutuário, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do falecimento.
III. O ITCD não incide sobre a transmissão de bens ou direitos ao patrimônio de instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, desde que vinculados às finalidades essenciais dessas entidades.

Assinale:

(A) se somente as afirmativas II e III estiverem correta.
(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(C) se somente a afirmativa I estiver correta.
(D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

57

No Estado do Amapá, as alíquotas do ITCD:

(A) aplicam-se sobre o valor o valor venal dos bens ou direitos objetos da transmissão, no momento da avaliação promovida autoridade judicial competente.
(B) são maiores nas transmissões por doações de quaisquer bens e direitos.
(C) atendem à progressividade.
(D) são diferentes considerando tratar-se de transmissão causa mortis ou por doação.
(E) são seletivas.

58

Com relação ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) Considera-se microempresa, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufira, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).
(B) Não poderá recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que preste serviço intermunicipal e interestadual de carga e que realize atividade de locação de imóveis próprios, exceto quando se referir a prestação de serviços tributados pelo ISS.
(C) Não se poderá beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123/2006 e tampouco lhe alcançam os benefícios decorrentes do Simples Nacional, a pessoa jurídica constituída sob a forma de cooperativa, salvo se de consumo.
(D) O recolhimento na forma do Simples Nacional não exclui a incidência do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, da Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do ICMS incidente em importações de mercadorias e bens.
(E) A microempresa ou a empresa de pequeno porte que possuir filiais, procederá ao recolhimento na forma do Simples Nacional por intermédio da matriz.

59

Com relação ao processo administrativo fiscal, responda **sim** ou **não** às seguintes perguntas:

I. Cabe à autoridade julgadora mandar riscar as expressões injuriosas contidas nos escritos apresentados no processo, apenas se requerido pelo ofendido? (_____)
II. A intimação pode efetivar-se por via postal, telegráfica, ou por qualquer outro meio ou via, com prova de recebimento, no domicílio eleito pelo sujeito passivo? (_____)
III. O recurso voluntário ao Conselho Estadual de Recursos Fiscais tem efeito suspensivo, mesmo se apresentado após o prazo legal? (_____)
IV. O auto de infração pode ser lavrado na sede da repartição a que se vincula a autoridade fiscal? (_____)
V. O julgamento do processo compete, em primeira instância, à Junta de Julgamento de Processo Administrativo Fiscal - JUPAF? (_____)

Assinale a alternativa que indique a ordem correta, de cima para baixo, do preenchimento das lacunas.

(A) não / sim / não / sim / sim
(B) sim / não / não / sim / sim
(C) não / sim / sim / não / sim
(D) sim / sim / não / não / não
(E) não / sim / sim / sim / não

60

Com relação à contribuição de melhoria, assinale a afirmativa que contém erro, à luz das disposições da Lei nº 400, de 22.12.97.

(A) É isento o imóvel que constitua patrimônio de partido político.
(B) Tem como fato gerador a realização de obras públicas de que decorram benefícios a bens imóveis.
(C) Tem como fato gerador a realização de obras públicas de que decorra valorização para os imóveis localizados em sua área de influência.
(D) Contribuinte é o proprietário do imóvel ao tempo do lançamento do tributo.
(E) Para cada obra pública, o Estado publicará previamente edital contendo, dentre outros elementos, memorial descritivo do projeto e orçamento total ou parcial do custo da obra.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

61

Em conformidade com a metodologia orientada a objetos, com a finalidade de evitar que partes de um programa se tornem tão independentes que uma pequena alteração tenha grandes efeitos em cascata, é aplicado um recurso que separa os aspectos externos e acessíveis de um objeto dos detalhes internos de implementação.

Esse recurso utiliza um princípio da *Orientação a Objetos* que propõe ocultar determinados elementos de uma classe das demais classes. O objetivo ao colocar uma proteção ao redor é prevenir contra os efeitos colaterais indesejados ao ter essas propriedades modificadas de forma inesperada.

Este recurso é conhecido por:

(A) coesão.
(B) acoplamento.
(C) polimorfismo.
(D) modularidade.
(E) encapsulamento.

62

Processos de gerenciamento organizam e descrevem a elaboração e desenvolvimento de um projeto. Conforme o Guia *PMBOK*, o gerenciamento de contratos e a seleção de fornecedores são processos inclusos na área de conhecimento denominada Gerenciamento de:

(A) Escopo do Projeto.
(B) Qualidade do Projeto.
(C) Integração do Projeto.
(D) Aquisições do Projeto.
(E) Comunicações do Projeto.

63

Web Service representa um termo utilizado na integração de sistemas e na comunicação entre aplicações diferentes e que possui entre suas características as possibilidades de:

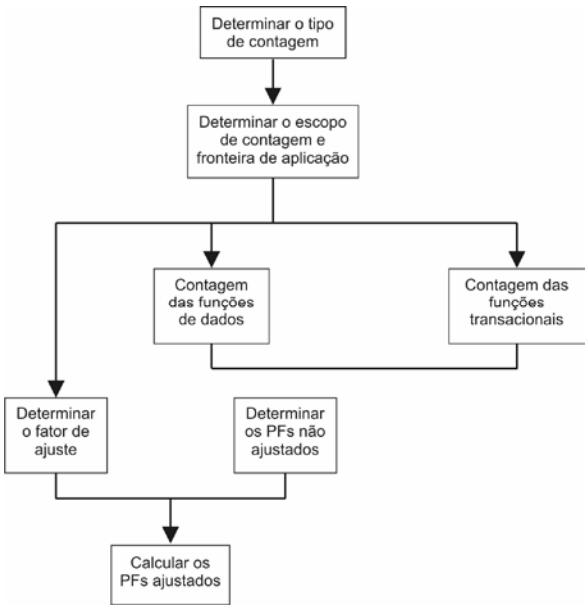
I. interação de novas aplicações com as já existentes.
II. compatibilizar sistemas desenvolvidos em plataformas diferentes.
III. serem codificadas em um determinado protocolo, incluindo os parâmetros de entrada/saída.
IV. aplicações enviarem e receberem dados por meio de uma linguagem em formato padronizado.

Para a construção das bases de um *Web Service*, por padrão a linguagem é conhecida como XML e o protocolo pela sigla:

(A) SOAP.
(B) UDDI.
(C) HTTPS.
(D) SCHEMA.
(E) XPOINTER.

64

A *Análise de Pontos de Função* é um método-padrão para a medição do desenvolvimento de software, que tem por objetivo estabelecer uma medida de tamanho do software em *Pontos de Função*, com base na funcionalidade a ser implementada, sob o ponto de vista do usuário. Nesse contexto, analise o esquema abaixo, que compreende um procedimento de contagem fundamentado em sete passos.



Na contagem das funções de dados, o primeiro passo consiste em identificar os seguintes arquivos:

(A) de interface interna e lógicos internos.
(B) de interface externa e lógicos externos.
(C) de interface externa e lógicos internos.
(D) de interface interna e lógicos públicos.
(E) de interface interna e lógicos externos.

65

Atualmente, *Business Intelligence* tem crescido em importância, particularmente porque insere em seu cenário os conceitos de *DataWarehouse*. Neste contexto, quando se fala de aplicações para negócio, lida-se com dois tipos distintos: aplicações que sustentam o negócio e aplicações que analisam o negócio.

As aplicações de apoio à tomada de decisão que analisam o negócio utilizam como fonte de dados os mesmos sistemas de controle, mas têm como preocupação principal a identificação de tendências.

Essas aplicações são conhecidas por:

(A) FLAP (*Free Analytical Processing*).
(B) FLTP (*Free Transaction Processing*).
(C) OLAP (*On-Line Analytical Processing*).
(D) OLTP (*Offline Transaction Processing*).
(E) RLAP (*Relational Analytical Processing*).

66

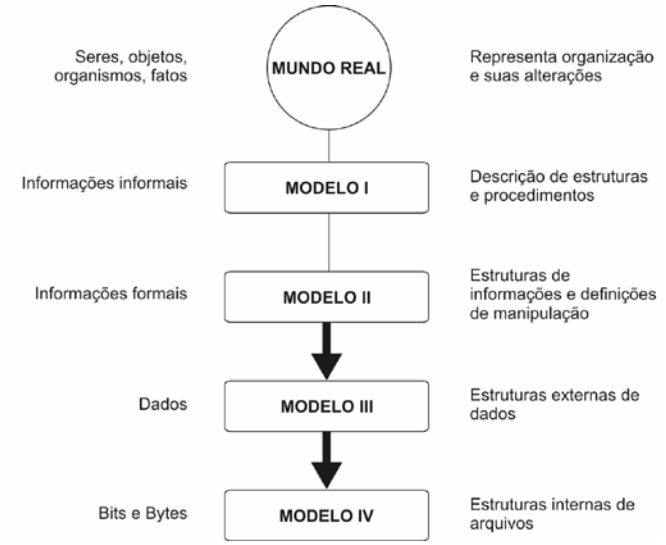
No *Oracle 10g* é possível a utilização das chamadas *constraints*, que se destinam à validação da entrada de dados nas tabelas. Existem vários tipos de *constraints*, como NOT NULL que não permite valor nulo, UNIQUE, que exige valores exclusivos nos registros das tabelas e PRIMARY KEY que define uma chave primária em uma tabela.

Para definir uma condição a ser satisfeita e para criar um relacionamento entre tabelas existem os seguintes *constraints:*

(A) CHECK e TABLE KEY
(B) DEFINE e TABLE KEY
(C) CHECK e FOREIGN KEY
(D) DEFINE e FOREIGN KEY
(E) CHECK e RELATION KEY

67

Um Banco de Dados é definido como uma coleção de dados inter-relacionados, representando informações sobre um domínio específico. Nesse sentido, observe a figura abaixo, que ilustra os níveis de abstração de um banco de dados.



Os modelos III e IV são denominados *operacional* e *interno;* os modelos I e II são conhecidos, respectivamente por:

(A) descritivo e conceitual.
(B) tático e descritivo.
(C) estratégico e tático.
(D) gerencial e estratégico.
(E) conceitual e gerencial.

68

Uma rede de computadores com acesso à Internet está configurada pelo IP 197.251.176.0 e máscara 255.255.255.240, enquanto que a segunda rede pela notação CIDR 189.241.0.0/23.

Pode-se concluir que a notação CIDR para a primeira rede e a máscara utilizada pela segunda rede, são respectivamente:

(A) 197.251.176.0/28 e 255.255.254.0
(B) 197.251.176.0/27 e 255.255.254.0
(C) 197.251.176.0/26 e 255.255.255.0
(D) 197.251.176.0/27 e 255.255.252.0
(E) 197.251.176.0/28 e 255.255.252.0

69

O funcionamento da Internet se baseia na arquitetura TCP e na comunicação ponto a ponto entre dois *hosts* de rede.

Nesse processo, o TCP recebe os dados de programas e processa esses dados como um fluxo de bytes, sendo os bytes agrupados em pacotes que o TCP numera em sequência para entrega.

Na comunicação, antes que dois *hosts* TCP possam trocar dados, eles devem primeiro estabelecer uma sessão entre si, inicializada através de um processo de *handshake*, com o objetivo de sincronizar os números de sequência e oferecer informações de controle necessárias para estabelecer uma conexão virtual entre os dois *hosts*. De acordo com a aplicação, os programas TCP usam números de porta reservados ou conhecidos.

Dessa forma, para as aplicações HTTPS e DNS, as portas foram padronizadas e identificadas, respectivamente, por meio dos seguintes números:

(A) 443 e 67
(B) 443 e 53
(C) 443 e 21
(D) 80 e 53
(E) 80 e 67

70

O *X.500* é um serviço de diretório universal desenvolvido pela *International Telecommunications Union (ITU),* com o objetivo de definir a ligação entre serviços de diretórios locais para assim formar um diretório global distribuído. No *X.500*, a comunicação entre o cliente e o servidor do diretório usa o *LDAP ("Lightweight Directory Access Protocol")*, executado sobre a pilha de protocolos *TCP/IP*. O *LDAP*, por sua vez, é composto por vários modelos, sendo um dos mais importantes o de segurança.

Os serviços implementados por dois agentes foram:

I. Aplicação Cliente através da qual pessoas ou aplicações efetuam as várias entradas no diretório;
II. Aplicação Servidor que vai gerir a *Directory Information Tree – DIT* e que disponibiliza os serviços de diretório ao cliente.

Esses dois agentes são conhecidos, respectivamente, por:

(A) *Application User Agent* (AUA) e *Server Service Agent* (SSA)
(B) *Directory User Agent* (DUA) e *Directory Service Agent* (DSA)
(C) *Transport User Agent* (TUA) e *Transport Service Agent* (TSA)
(D) *Directory Client Agent* (DCA) e *Directory Primary Agent* (DPA)
(E) *Remote Authentication Agent* (RAA) e *Local Authentication Agent* (LAA)

71

SNMP ("*Simple Network Management Protocol*") é um protocolo que faz parte da pilha *TCP/IP*, sendo utilizado para obter informações de servidores, no trabalho de gerenciamento. No seu funcionamento, utiliza o conceito de *MIB* ("*Management Information Base*"), definido pelo *RFC*1066 como o conjunto de objetos gerenciados, que procura abranger todas as informações necessárias para a gerência da rede.

No funcionamento do protocolo *SNMP* ("*Simple Network Management Protocol*"), existem duas operações básicas e suas derivações descritas a seguir.

I. utilizada para comunicar um evento; o agente comunica ao gerente o acontecimento de um evento, previamente determinado.
II. utilizada para ler o valor da variável; o gerente solicita ao agente que obtenha o valor da variável.

As operações I e II são, respectivamente, conhecidas por:

(A) LINK e GET
(B) LINK e PUT
(C) TRAP e SET
(D) TRAP e PUT
(E) TRAP e GET

72

O *Windows Server 2003* utiliza um serviço de diretórios denominado *Active Directory*. Um *Serviço de Diretório* é um serviço de rede, que identifica todos os recursos disponíveis em uma rede, mantendo informações sobre contas de usuários, grupos, computadores, recursos e políticas de segurança em um banco de dados e torna estes recursos disponíveis para usuários e aplicações.

Um domínio é simplesmente um agrupamento lógico de contas e recursos que compartilham políticas de segurança.

Um domínio baseado no *Active Directory* no *Windows Server 2003* suporta dois tipos de servidores, que são denominados:

(A) Controladores de Domínio e Servidores de Aplicações.
(B) Controladores de Domínio e Servidores de Transações.
(C) Controladores de Diretório e Servidores de Aplicações.
(D) Controladores de Domínio e Servidores Membro.
(E) Controladores de Diretório e Servidores Membro.

73

A solução mais simples nas situações em que ocorre a necessidade da busca de maior espaço de armazenamento em um microcomputador é a de adquirir um outro disco rígido. Quando se faz referência ao armazenamento em redes, três siglas surgem como solução: NAS, DAS e SAS.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

I. *"Serial Attached SCSI – SAS" refere-se a* um barramento paralelo, similar ao IDE utilizado em HDs domésticos, mas que adiciona recursos para o uso em servidores. As versões iniciais do SAS suportavam taxas de transferência de 1 e 8 GB/s.

II. *"Network Attached Storage – NAS"* refere-se a uma máquina que funciona como um servidor de arquivos, ligado diretamente na rede e que roda um sistema operacional completo.

III. *"Direct Attached Storage – DAS"* refere-se a dispositivos de armazenamento externo, ligados diretamente ao servidor ou a qualquer outro micro da rede, como no caso das "cases" de HD ligadas à portas USB.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa II estiver correta.
(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

74

As redes de computadores com acesso à Internet operam com base na arquitetura TCP/IP. Os dois principais protocolos, o IP e o TCP, operam respectivamente nas seguintes camadas:

(A) rede e transporte.
(B) física e enlace.
(C) aplicação e rede.
(D) transporte e física.
(E) enlace e aplicação.

75

Originalmente *SOAP* representava um protocolo para troca de informações estruturadas em uma plataforma descentralizada e distribuída, utilizando tecnologias baseadas em um determinada linguagem. Foi importante para o desenvolvimento de aplicações para permitiram a comunicação via Internet entre programas, empregando o *Remote Procedure Calls (RPC)* entre objetos como *DCOM* e *CORBA*.

Atualmente, *SOAP* provê um caminho de comunicação entre aplicações "rodando" em diferentes sistemas operacionais, com diferentes tecnologias e linguagens de programação.

De acordo com o enfoque do *World Wide Web Consortium – W3C*, as mensagens *SOAP* são documentos baseados na seguinte linguagem:

(A) WSDL
(B) XML
(C) JAVASCRIPT
(D) AJAX
(E) XSLT

76

A assinatura digital representa uma das aplicações da criptografia e consiste na criação de um código, através da utilização de uma chave, em que uma pessoa ou entidade que recebe uma mensagem contendo esse código pode verificar se o remetente é mesmo quem diz ser e identificar qualquer mensagem que possa ter sido modificada.

Esse esquema emprega um método baseado em:

(A) chave única de 56 bits com SSL.
(B) chave privada de 128 bits com DES.
(C) criptografia das chaves pública e privada.
(D) criptografia das chaves indexada e reversa.
(E) criptografia das chaves simétrica e assimétrica.

77

Quando o foco é a *Gestão da Segurança da Informação*, a terminologia empregada no mundo dos *hackers* assume papel de importância.

Nesse contexto, dois termos são a seguir descritos.

I. É o *software* pirata distribuído ilegalmente pela Internet.

II. É o *hacking* de sistemas telefônicos, geralmente com o objetivo de fazer ligações gratuitas ou para espionar ligações alheias.

Esses dois termos são denominados, respectivamente:

(A) *warez* e *phreaking*.
(B) *netcat* e *phishing*.
(C) *worm* e *spoofing*.
(D) *trojan* e *flooding*.
(E) *hoax* e *sniffing*.

78

O planejamento da política de segurança deve ser realizado tendo como diretriz o caráter geral e abrangente de todos os pontos, incluindo as regras que devem ser obedecidas por todos.

Essas regras devem especificar quem pode acessar quais recursos, quais os tipos de uso permitidos no sistema, bem como os procedimentos e controle necessários para proteger as informações.

Assinale a alternativa que apresente uma visão geral do planejamento.

(A)

(B)

(C)

(D)

(E)

79

De tempos em tempos, observa-se na imprensa que *sites* ficam inoperantes. Os ataques conseguem derrubar o tráfego de rede, inundados por solicitações até saírem do ar, por esgotamento da capacidade de processamento.

Os especialistas em segurança de redes e na internet creditam os ataques a algum *hacker* que utiliza as chamadas *botnets*, definidas como redes de computadores infectadas por códigos maliciosos.

Nesses casos, as máquinas funcionam normalmente até que o *hacker* envie um comando remoto ordenando que todas acessem um site ao mesmo tempo, tirando-o do ar por excesso de tráfego.

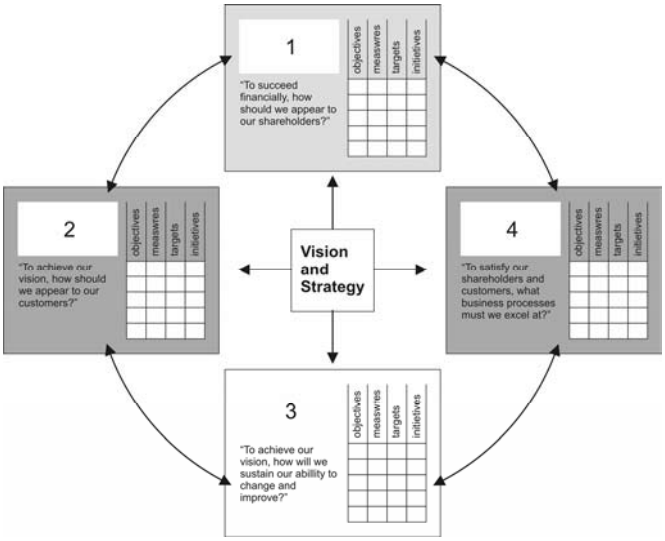
Esse tipo de ataque é conhecido pelo termo técnico:

(A) Negação por Excesso de Força Bruta.
(B) Negação de Acesso por Colisão.
(C) Negação de Tráfego por Telnet.
(D) Negação por Intrusão.
(E) Negação de Serviço.

80

O *Balance Scorecard* é um planejamento estratégico e sistema de gestão amplamente utilizado nos negócios, na indústria, governo e em organizações sem fins lucrativos. Seu objetivo é promover o alinhamento entre as atividades de negócios e a visão e estratégia da organização, obtendo a melhoria da comunicação interna e externa, além do monitoramento do desempenho frente aos objetivos estratégicos.

Nesse contexto, observe a figura a seguir, que dá a visão estratégica e as perspectivas, de acordo com *Kaplan & Norton*.



As perspectivas identificadas como 1, 2, 3 e 4 são, respectivamente:

(A) institucional, contábil, financeira e cliente.
(B) estratégica, gerencial, tática e operacional.
(C) organizacional, administrativa, financeira e operacional.
(D) financeira, cliente, aprendizado e crescimento e processos internos do negócio.
(E) administrativa, institucional, recursos humanos e processos externos do negócio.

ISAE

Instituto Superior
de Administração
e Economia

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS